



## TRANSFORMANDO NARRATIVAS ACADÊMICAS EM CONTEÚDO HISTÓRICO PARA O YOUTUBE: O BICENTENÁRIO DA(S) INDEPENDÊNCIA(S) DO BRASIL

*Transforming academic narratives into historical content for YouTube: The bicentennial of Brazil's independence(s)*

*Transformando narrativas acadêmicas em conteúdo histórico para YouTube: El Bicentenario de la(s) Independencia(s) de Brasil*

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta apresentação analisa a experiência de produção da série *Poeira da História: O Bicentário da(s) Independência(s) do Brasil*, criada com o objetivo de traduzir para o grande público debates atuais da historiografia sobre o tema. Com sete episódios no *YouTube*, a série foi realizada com apoio de edital público e contou com equipe multidisciplinar. O projeto abordou a ideia de independências no plural, evidenciando dimensões sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero ainda pouco visibilizadas fora do meio acadêmico. Serão discutidos desafios e estratégias para adaptar conteúdos acadêmicos à linguagem audiovisual e digital, bem como os impactos da série junto ao público e seu potencial como recurso pedagógico para o ensino de História.

**Palavras-chave:** História Pública. História Digital. *YouTube*. *Poeira da História*. Tecnologias Digitais.

**Abstract:** This presentation examines the experience of producing the series *Poeira da História: The Bicentennial of Brazil's Independence(s)*, designed to translate current historiographical debates on the topic for a wider audience. Comprising seven episodes on *YouTube*, the series was produced with public funding and involved a multidisciplinary team. The project explored the idea of plural independences, highlighting social, regional, ethno-racial, and gender perspectives that remain underrepresented outside academia. This paper discusses the challenges and strategies for adapting academic content to audiovisual and digital formats, as well as the series' impact on audiences and its potential as a pedagogical resource for teaching History.

**Keywords:** Public History. Digital History. *YouTube*. *Poeira da História*. Digital Technologies.

---

<sup>1</sup> Doutor em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor da rede básica de ensino em São Pedro da Aldeia, RJ. E-mail: deoliveira.max@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8859907813541840>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7127-8526>.

**Resumen:** Esta presentación analiza la experiencia de producción de la serie *Poeira da História: El Bicentenario de la(s) Independencia(s) de Brasil*, creada con el objetivo de traducir al gran público los debates actuales de la historiografía sobre el tema. Con siete episodios en YouTube, la serie fue realizada con el apoyo de una convocatoria pública y contó con un equipo multidisciplinario. El proyecto abordó la idea de independencias en plural, destacando dimensiones sociales, regionales, étnico-raciales y de género que aún son poco visibilizadas fuera del ámbito académico. Se discutirán los desafíos y estrategias para adaptar contenidos académicos al lenguaje audiovisual y digital, así como los impactos de la serie en el público y su potencial como recurso pedagógico para la enseñanza de la Historia.

**Palabras clave:** Historia Pública. Historia Digital. YouTube. *Poeira da História*. Tecnologías Digitales.

## Introdução

A História Pública encontra no ambiente digital um espaço potente de criação e produção de projetos comprometidos não apenas em falar para uma audiência ampliada, mas também em reposicionar o conhecimento histórico, abrindo espaço para que novas epistemologias alcancem um público mais amplo, que encontra nessas narrativas e personagens uma forma de identificação. Foi exatamente isso que o projeto *Poeira da História* buscou realizar com a idealização, criação, produção e execução de *O Bicentário da(s) Independência(s) do Brasil*.<sup>2</sup>

O projeto partiu de uma perspectiva plural, que contempla personagens que, durante muito tempo, não tiveram destaque nas narrativas sobre a Independência do Brasil. Por isso, optou-se pelo uso do termo “independências”, e não “independência”, como normalmente aparece nos livros didáticos.<sup>3</sup> Essa forma de abordar o evento histórico permitiu não apenas compreender a Independência do Brasil como algo experienciado de maneiras distintas pelo território brasileiro, mas também dar visibilidade a personagens que, historicamente, foram marginalizados nas narrativas tradicionais.

A websérie foi idealizada por Max Oliveira, cofundador e coordenador de projetos do *Poeira da História*, em celebração aos 200 anos da Independência, comemorados em 7 de setembro de 2022. O projeto contou com financiamento do Governo do Estado do Rio de

---

<sup>2</sup> A série pode ser acessada através deste [link](#) que dá acesso a *playlist* com todos os episódios que estão no canal *Poeira da História* no *YouTube*. (Acessado em 18/11/2025).

<sup>3</sup> O uso da expressão “independências”, no plural, dialoga com uma vertente historiográfica que compreende o processo de 1822 não como um evento único, linear e homogêneo, mas como um conjunto de experiências regionais, sociais, étnico-raciais e políticas que ocorreram de forma desigual no território. Essa abordagem destaca que distintos grupos, como mulheres, populações negras livres e escravizadas, povos indígenas, setores populares urbanos e províncias com dinâmicas próprias, viveram e disputaram a Independência de maneiras diversas, muitas vezes em temporalidades e lutas específicas.

Janeiro, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, através do edital *Retomada Cultural RJ 2* e do programa *Pacto Cultural RJ de Fomento à Arte*.

Este artigo busca apresentar como se deram as etapas de produção do projeto, desde a idealização até a prestação de contas da obra finalizada. Conhecer as etapas de criação de um produto histórico e artístico para o mundo digital permite que outros se inspirem nessa experiência e busquem seus próprios caminhos. Quais são essas etapas? Por onde começar? Que equipe é necessária? Essas e outras questões serão debatidas ao longo deste texto.

Além disso, pretende-se que este texto sirva também como orientação e, talvez, como uma espécie de manual para aqueles que desejam realizar seus próprios projetos em História Pública e História Digital. Ele se destina especialmente a quem busca editais de financiamento em fontes distintas daquelas às quais a academia normalmente tem acesso, e que muitas vezes excluem profissionais não vinculados formalmente a universidades públicas. Assim, as próximas páginas apresentam uma possibilidade concreta para que historiadores e demais pesquisadores tirem seus projetos do papel.

### **O fluxo criativo de idealização de um projeto**

Dois caminhos se apresentam no processo criativo de uma proposta de projeto artístico, cultural, histórico ou de outra natureza. O primeiro surge de uma vontade orgânica de produzir algo, de expressar aquilo que se deseja a partir de uma perspectiva criativa e ideológica. Assim, pode-se ter uma ideia de um tema que se queira levar a uma audiência ampliada, por exemplo, nas redes sociais. O projeto pode começar apenas dessa vontade e seguir sua pré-produção sem patrocínio ou apoio, sendo realizado com recursos próprios. Nessa jornada criativa, é possível que, com o projeto já em andamento, sejam pleiteados recursos por meio de editais que contemplam propostas já existentes.

O segundo caminho, adotado pelo *Poeira da História*, consiste em idealizar um projeto a partir de um edital aberto. Muitos editais de fomento são lançados em todo o Brasil, e o *Poeira* observa esse ecossistema para identificar o que faz sentido com o que se pretende produzir. Em seguida, realiza uma leitura atenta dos editais para avaliar a viabilidade de uma inscrição futura. Nesse caso, não há, necessariamente, um projeto prévio: ele será desenvolvido do zero, de acordo com as exigências do edital em questão.

A etapa seguinte é escrever a proposta e colocá-la no papel, sempre atento às exigências do edital de fomento. Essa fase não interfere no argumento nem no conteúdo do projeto, pois a criação continua livre. O que realmente exige atenção são os critérios de formatação e os materiais obrigatórios: textos como justificativa e objetivos, além de documentos complementares, planilhas, cartas de anuência (quando necessárias) e currículos dos participantes.

A escolha dos participantes é uma das etapas mais importantes, pois os avaliadores consideram a qualidade e a experiência da equipe critérios decisivos para avaliar a viabilidade do projeto dentro do cronograma do edital. Em alguns casos, o prazo estipulado é de 180 dias para a entrega da proposta finalizada após a assinatura do contrato, o que exige uma equipe capaz de cumprir todas as etapas com eficiência. Outro desafio na seleção é que cada tipo de projeto possui suas especificidades e demanda profissionais de diferentes áreas, tornando a equipe necessariamente multidisciplinar.

Desta forma, a equipe envolvida na produção da série foi composta por profissionais de diferentes áreas, reforçando o caráter multidisciplinar do projeto. Além do trabalho de pesquisa histórica e de roteirização, o desenvolvimento dos episódios contou com a atuação conjunta de um diretor, um produtor executivo, dois assistentes de produção, um editor de vídeo, dois operadores de câmera, um designer gráfico e um profissional responsável pelo som.

O diretor teve papel central na definição da linguagem audiovisual da série: foi ele quem coordenou a construção estética, orientou o ritmo narrativo, estabeleceu a lógica de alternância entre fala, imagens e documentos históricos e garantiu que a proposta de história pública se traduzisse em um formato acessível ao público digital.

Já o produtor executivo organizou o cronograma, articulou com os assistentes de produção a logística das gravações e gerenciou os recursos disponíveis, assegurando a execução do projeto. Coube também à equipe de produção identificar espaços adequados para a gravação, cuidar da logística envolvida e garantir que o andamento do projeto pudesse responder a eventuais imprevistos. Tudo o que o projeto exige, a produção precisa concretizar ou adaptar, sem descaracterizar a proposta original. Foi dessa forma que o Museu Histórico Nacional se tornou o *set* de gravação.

O editor foi responsável por transformar o material bruto em uma narrativa coerente, aplicando cortes, inserindo trilhas, legendas e reforçando o tom dinâmico pretendido. Também assumiu a função de designer gráfico, criando a identidade visual da série, os elementos de

apoio e a vinheta de abertura. A equipe de câmera e som garantiu a qualidade técnica das gravações. Juntos, esses profissionais permitiram que a série articulasse rigor histórico, linguagem audiovisual contemporânea e estratégias de comunicação digital, ampliando o alcance do projeto.

Essa dinâmica obriga e, ao mesmo tempo, possibilita que o proponente transite por áreas profissionais que tradicionalmente não fazem parte da formação do historiador. No caso aqui relatado, um doutor e professor de História precisou não apenas conceber o projeto, mas compreender quais funções técnicas são indispensáveis para que uma série audiovisual se torne viável, coordenando o trabalho de editores, designers e profissionais de som e imagem, além de atuar diretamente na definição da linguagem e do enquadramento historiográfico.

Essa experiência evidencia a necessidade de repensar os currículos acadêmicos, preparando futuros historiadores para dialogar com as demandas contemporâneas do campo, que incluem competências vinculadas ao universo digital e tecnológico, como edição, roteiro, programação, análise de métricas e uso crítico de ferramentas de inteligência artificial, ampliando sua atuação na esfera pública.

Após a submissão da proposta, é necessário acompanhar atentamente o cronograma de divulgação dos resultados, que, em alguns casos, pode ser confuso. Em determinadas situações, quando a proposta não é contemplada, existe a possibilidade de interpor recurso para solicitar sua reavaliação. Com a aprovação no resultado final, inicia-se a etapa de assinatura do contrato.

### **A captação de recursos em projetos de história pública e história digital**

Um dos pontos fundamentais para a realização do projeto, aqui apresentado como estudo de caso, foi a captação de recursos por meio de editais públicos de fomento. Os editais disponíveis podem ser municipais, acessíveis apenas a moradores do município onde o proponente reside. Alguns permitem inscrições com CPF (Cadastro de Pessoa Física), mas a maioria exige que o registro seja feito com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), que geralmente deve ter entre um e dois anos de existência.

Outros editais são estaduais e, em geral, dispõem de mais recursos que os municipais, embora também contem com um número maior de inscritos nas chamadas abertas. Esse tipo de edital utiliza verbas do próprio estado e recursos federais provenientes de leis de incentivo à

cultura. Durante o período da pandemia, diversas leis federais injetaram grandes quantias de recursos nos estados e municípios de todo o Brasil.

Há também a possibilidade de recorrer a editais promovidos por institutos e fundações que lançam chamadas específicas, premiando projetos em diversas modalidades, como teatro, cinema, literatura, entre outras. Um exemplo foi o edital *100 Anos de Darcy Ribeiro*, que premiou cinco propostas voltadas à criação de projetos sobre o educador Darcy Ribeiro, em comemoração ao seu centenário de nascimento. Na ocasião, o *Poeira da História* foi um dos vencedores, com a proposta de criar um espetáculo teatral sobre a vida de Darcy Ribeiro, utilizando a linguagem do teatro documentário.

Os editais permitem que os projetos sejam executados com a contratação de uma equipe remunerada, evitando que o idealizador acumule múltiplas funções e reduzindo a sobrecarga comum em iniciativas independentes. Sem recursos, muitos projetos de história acabam sendo realizados de forma voluntária, o que limita sua qualidade e contribui para a precarização do trabalho. A captação de recursos, portanto, torna-se estratégica para assegurar condições de trabalho mais justas e profissionais.

No âmbito acadêmico, contudo, persiste uma lógica distinta: diversos projetos de história pública ainda não preveem remuneração para seus participantes, sendo frequentemente apresentados como oportunidades de formação ou de enriquecimento do currículo Lattes. Embora comuns, essas práticas reforçam desigualdades estruturais e precisam ser reavaliadas, especialmente se almejamos uma atuação comprometida com justiça social e com a valorização dos profissionais envolvidos.

Ainda assim, o cenário que se apresenta com os editais públicos está longe de ser um “mar de rosas” e não deve ser visto de forma romantizada. Até que um projeto seja aprovado, muitas horas podem ser investidas em inscrições sem sucesso. E mesmo quando a proposta é contemplada, os recursos frequentemente são limitados, o que restringe a contratação de equipes maiores ou resulta em remunerações abaixo do valor de mercado. Ainda assim, trata-se de uma alternativa preferível à ausência total de recursos.

O fato é que, para projetos independentes que não conseguem acessar outras fontes de financiamento, os editais se tornam um caminho viável, ainda que desafiador. Eles possibilitam a realização de projetos com profissionais remunerados e a produção com maior qualidade, o que só é possível por meio da aquisição de materiais técnicos e artísticos adequados.



## A pré-produção

Nesta etapa, a equipe é acionada conforme as demandas que surgem ao longo do processo. Uma das primeiras reuniões foi realizada com a historiadora doutora (anônimo), responsável pela pesquisa do projeto. A proposta era que essa pesquisa servisse de base para a escrita do roteiro, que ficou sob a responsabilidade do roteirista e também historiador (anônimo), profissional com experiência em produções como o programa *Vai que Cola* e em diversos espetáculos teatrais.

A orientação principal dada pelo coordenador do projeto (autor) foi que a pesquisa se concentrasse na ideia de *independências*, no plural, e em personagens que não tiveram destaque nas narrativas hegemônicas sobre o 7 de setembro. Essas narrativas, presentes em grande parte dos livros didáticos brasileiros ao longo do século XX, tendem a enfatizar uma perspectiva centrada nas elites políticas do Rio de Janeiro e na figura de D. Pedro I, cristalizando o episódio do 7 de setembro como marco fundador da ruptura com Portugal. Essa abordagem heroificada reduz a complexidade do processo e contribui para apagar conflitos regionais, mobilizações populares e a participação ativa de sujeitos subalternizados, elementos fundamentais para compreender a multiplicidade de experiências que constituíram a Independência.

Dessa forma, a pesquisa já direcionava a escrita do roteiro a dialogar com a perspectiva plural utilizada por parte da historiografia contemporânea, que compreende o processo de Independência como algo vivido de maneiras distintas nos diferentes territórios, com ritmos próprios e protagonismos variados. Para isso, a pesquisadora Alessandra Tavares e o roteirista Daniel Porto precisaram manter um diálogo constante, a fim de garantir coerência entre pesquisa, argumentação histórica e linguagem audiovisual.

Enquanto o roteiro e a pesquisa eram desenvolvidos, o coordenador e idealizador do projeto, Max Oliveira, realizava reuniões com o diretor Renato de Paula, que já havia trabalhado em diversas produções da TV Cultura e da Rede Globo, para definir a identidade do projeto e a linguagem dos episódios e das cenas. A ideia inicial era criar algo jovem, descontraído, didático e divertido, capaz de provocar o espectador a repensar o significado da independência do Brasil.

A opção por uma linguagem jovem e descontraída se concretizou por meio de escolhas visuais e narrativas presentes ao longo dos episódios. Um dos recursos mais recorrentes foi a inserção de personagens históricos em segundo plano, animados com leve movimento ou em

forma de recorte, criando composições visuais que remetem às estéticas utilizadas em vídeos de cultura pop e história no *YouTube*. A vinheta de abertura, criada especificamente para o projeto, utilizou elementos visuais coloridos, tipografia moderna e sons curtos de impacto, aproximando-se de aberturas típicas de canais educativos da plataforma.

Ao longo dos episódios, títulos animados e legendas explicativas foram empregados para reforçar informações históricas importantes. Além disso, pequenos efeitos sonoros pontuais e transições rápidas foram usados para marcar mudanças de tópico, ajudando a evitar a sensação de excesso de formalidade. A edição também incorporou documentos digitalizados, mapas históricos e imagens de época, apresentados com animações leves, como deslocamento lateral ou aumento gradual do contraste. Esses recursos contribuíram para criar fluidez visual e impedir rupturas bruscas entre a apresentadora e atriz Gaby Freitas<sup>4</sup>, o apresentador e historiador Max Oliveira e os materiais históricos exibidos.

O ritmo dos episódios com cortes rápidos e alternância entre planos médios e closes, estratégia típica de conteúdo voltado para jovens, buscando evitar longos trechos estáticos. A inclusão voluntária de erros de bastidores ao final de cada episódio reforçou um tom de espontaneidade, aproximando os apresentadores do público e quebrando a rigidez frequentemente associada à divulgação histórica.

**Figura 1** – Poeira da História, Imagem criada para a abertura da série.



**Fonte:** Poeira da História, 2022.

<sup>4</sup> Gaby Freitas é atriz e produtora cultural, pós-graduada em Gestão e Produção Cultural pela Unesa e técnica em Direção de Produção. Estudou nas escolas de teatro Martins Penna e Escola de Teatro Leonardo Alves (ETLA), também realizou diversos cursos e oficinas na área. Na produção, atuou em shows, eventos literários e esportivos, além de trabalhar em projetos de teatro, cinema e televisão.



## A entrega dos roteiros

Os roteiros foram entregues gradualmente e enviados para aprovação da coordenação e da direção do projeto, após passarem por uma revisão de texto. Em alguns casos, foi necessário realizar adaptações tanto no conteúdo quanto na dinâmica de gravação sugerida nas rubricas. É importante destacar que um roteiro não compreende apenas o texto a ser falado, mas também inclui indicações de enquadramento de câmera, localização, movimentação e sugestões sobre a interpretação do texto pelos apresentadores.

A proposta era que dois apresentadores, por meio de uma conversa leve e informal, discutissem os temas de cada episódio. O primeiro episódio abordou a vinda da família real portuguesa ao Brasil, contextualizando o período anterior à Independência. O segundo tratou do marco temporal de 7 de setembro e dos eventos a ele relacionados. O terceiro episódio, intitulado *As Revoluções*, apresentou os movimentos revolucionários do período sob a influência dos ideais da Revolução Francesa. O quarto e o quinto episódios, intitulados *As Excluídas* (partes I, II e III), destacaram mulheres fundamentais para o processo, como Leopoldina, esposa de D. Pedro, e Maria Quitéria, heroína baiana que participou das lutas pela independência da Bahia. O sexto episódio focou em Maria Felipa, mulher negra e marisqueira que também viveu na Bahia e teve papel importante na rendição das tropas portuguesas, segundo a tradição oral. O sétimo e último episódio, intitulado *Independências do Brasil: 200 anos depois* e escrito por (autor), apresentou reflexões contemporâneas sobre o significado da Independência do Brasil.

**Figura 2** – Poeira da História, créditos finais.



Fonte: Poeira da História, 2022.

## A Produção

Por questões de logística, todos os episódios foram gravados em um único dia, totalizando cerca de dez horas de trabalho no *set*, além de aproximadamente uma hora de deslocamento de ida e volta para todos os participantes. As atividades começaram muito cedo, incluindo a chegada, a montagem dos equipamentos, os ensaios e o início das gravações, com todos os erros e acertos naturais do processo. Dificilmente uma cena é gravada em um único *take*, sendo necessário refazê-la algumas vezes até que a direção considere ter alcançado a melhor versão.

Diversos desafios surgem em um *set* de filmagem: o tempo, a iluminação que muda com a passagem de nuvens e sons externos, como o de aviões, já que todo o projeto foi gravado em externas, ou seja, fora de um estúdio, que normalmente é um ambiente controlado. Além dos erros técnicos comuns e dos equívocos de texto, os apresentadores precisavam memorizar um grande volume de conteúdo e transmiti-lo de forma natural. Houve ainda atraso na entrega dos textos, o que tornou a gravação mais desafiadora, já que não era possível adiar as filmagens devido à agenda dos participantes e às exigências do cronograma do edital.

No dia da gravação, a produção de *set* ficou responsável por garantir insumos básicos, como água e alimentação da equipe, além de manter contato com a administração do Museu Histórico Nacional para assegurar a autorização de entrada e a realização das filmagens. A equipe presente no dia era composta por seis profissionais: dois apresentadores em frente às câmeras, o diretor e seu assistente de câmera e som, e dois integrantes responsáveis pela produção geral do *set*.

**Figura 3** – Frame do primeiro episódio, Gaby Freitas e Max Oliveira.



Fonte: Poeira da história, 2022.

### A pós-produção

Após a gravação, o projeto passou por um período de dois meses de edição dos episódios. Essa etapa exigiu atenção minuciosa devido ao grande volume de material e à necessidade de organizar a narrativa de modo claro e coeso. O processo envolveu ajustes de luz e som, seleção das melhores tomadas e reestruturação de trechos do roteiro filmado para garantir maior fluidez ao produto final.

A edição também foi responsável por consolidar a identidade visual da série, com a inserção de personagens históricos, imagens de época, documentos e pequenos erros de gravação incorporados intencionalmente. Esses recursos contribuíram para criar um ritmo mais dinâmico e aproximar o público do processo de construção do conteúdo, reforçando o caráter didático e a proposta de comunicação acessível da série.

A pós-produção não se encerrou com a entrega dos episódios editados e finalizados. Ela se estendeu para uma estratégia de divulgação que incluiu postagens impulsionadas nas redes sociais, postagens orgânicas, lives, teasers, entre outros recursos. Também foi produzido um vídeo de bastidores, que mostrou ao público como ocorreram as gravações e trouxe entrevistas com os participantes, que comentaram sobre a experiência de participar do projeto e a importância de contar essas histórias nos dias atuais, especialmente para o público do *YouTube*.

Por fim, a pós-produção se encerra com, talvez, o momento de maior complexidade burocrática e legal: a prestação de contas. Ao final, é preciso demonstrar como os recursos

foram utilizados e que tudo está dentro do permitido pelo edital. A dica é começar a organização da prestação de contas já no primeiro dia de execução do projeto. Cada nota fiscal, cada gasto de qualquer natureza e cada pagamento a prestadores de serviços deve ser registrado, guardando os comprovantes e lançando-os em uma planilha de controle de gastos. Encerradas as atividades previstas, todas essas informações precisam ser enviadas por meio do sistema online e descritas de forma detalhada. É fundamental ter atenção, pois qualquer gasto não comprovado ou recusado terá de ser devolvido. Algumas produções incluem, na planilha orçamentária, uma rubrica específica para a contratação de uma pessoa responsável exclusivamente pela prestação de contas.

Na próxima parte do texto, será apresentado um breve debate historiográfico que discute como a História Pública e a História Digital têm contribuído para que sujeitos historicamente marginalizados conquistem novos espaços de visibilidade e participação nos debates públicos. A seção também examina a construção de epistemologias alternativas, formuladas em oposição às epistemologias acadêmicas dominantes.

### **A construção de uma História Pública Digital cidadã**

A pergunta proposta por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, “*que história pública queremos?*”, permanece central para compreender os caminhos recentes do campo (Mauad; Santhiago; Borges, 2018). Desde então, diferentes autores têm ampliado o debate e evidenciado que a história pública não se limita à diversificação de espaços de atuação, mas exige um posicionamento ético e político diante das disputas contemporâneas de memória e narrativa (Almeida; Rovai, 2011; Lucchesi; Leal, 2016).

Nesse sentido, a história pública que hoje reivindicamos está diretamente vinculada ao compromisso com a justiça social, entendida como a defesa ativa contra revisionismos, negacionismos e discursos excludentes. Trata-se de recuperar a função social da história e abrir o campo para sujeitos e epistemologias que foram sistematicamente marginalizados pelos cânones tradicionais. Esse movimento envolve também o princípio da autoridade compartilhada (Frisch, 1990), que desloca o historiador do centro exclusivo da produção de conhecimento e reconhece a legitimidade de outros agentes na construção, interpretação e circulação das narrativas históricas. Como afirma Santiago, trata-se de uma história feita *para* o público, *com* o público e, muitas vezes, *pelo* público.

Essas discussões convergem para o que autores como Marcelo Rangel identificam como um giro ético-político, no qual a história se abre ao afeto, às experiências subalternizadas e ao direito de grupos minorizados narrarem a si mesmos (Rangel, 2020, *apud* Castro; Rodrigues, 2024). A ideia de “atitude historiadora”, formulada por Ana Maria Mauad, reforça que sujeitos externos à academia também produzem conhecimento histórico, especialmente em práticas artísticas e digitais que disputam espaço na esfera pública. (Mauad, 2021).

Em diálogo com essas reflexões, Valdeir Araújo (2013, *apud* Rosa; Borges, 2024) destaca que a disciplina deixou de ocupar o papel de irradiadora central do conhecimento, lugar que dominou no século XIX, e passou a disputar legitimidade com múltiplas narrativas no ambiente público contemporâneo. Nesse cenário, acolher diferenças e estabelecer conexões com novos públicos não é uma concessão, mas uma necessidade epistemológica e social.

É nesse quadro historiográfico que se insere o projeto *Bicentenário da(s) Independência(s) do Brasil*. A série foi concebida para responder às exigências de uma história pública cidadã: inclusiva, sensível a sujeitos historicamente silenciados e comprometida com a construção de novas epistemologias para além dos limites acadêmicos tradicionais. Ao mesmo tempo, enfrentou o desafio contemporâneo de transpor debates complexos para o ambiente digital sem simplificação excessiva, buscando formatos capazes de dialogar com o público jovem, mas preservando rigor analítico e densidade interpretativa.

A disputa por atenção no meio digital torna esse equilíbrio ainda mais delicado. Por isso, reforça-se o papel social do historiador: comunicar não apenas fatos, mas promover reflexão crítica, articulando pluralidade, complexidade narrativa e responsabilidade ética. Em um ambiente saturado de informações e desinformações, essa tarefa torna-se central para a construção de uma história pública verdadeiramente democrática.

Assim, ao defender uma história pública comprometida com justiça social, autoridade compartilhada e um giro ético-político, reforça-se que o ambiente digital não é apenas um novo meio de circulação, mas um espaço onde essas disputas se tornam ainda mais evidentes. Plataformas como o *YouTube* reconfiguram relações de poder, descentralizam narrativas e ampliam o alcance da produção historiográfica, ao mesmo tempo em que expõem os historiadores a novos dilemas éticos e formas de violência simbólica.

Nesse sentido, produzir história no YouTube implica lidar com tensões específicas: a medição algorítmica, a lógica de engajamento, a velocidade das interações e a exposição do



historiador a públicos amplos e heterogêneos. Esse cenário cria uma espécie de “campo ampliado” da história pública, no qual o compromisso ético com a inclusão e a pluralidade se confronta com práticas digitais que, muitas vezes, reforçam estigmas e preconceitos. Essa produção baseada no senso comum não se manifesta apenas nos conteúdos circulantes na plataforma, mas também no próprio público, especialmente na seção de comentários, onde interpretações simplificadoras, discursos de ódio e visões cristalizadas do passado emergem de forma recorrente. Assim, o ambiente digital se torna um laboratório de observação privilegiado das disputas que atravessam a história pública contemporânea.

### **O YouTube como espaço para a História Pública Digital**

A popularização do *YouTube* como plataforma de circulação de conteúdos educacionais e de entretenimento transformou profundamente as formas de produção e consumo de narrativas históricas. No contexto da história pública digital, essa ferramenta atua como um espaço de disputa e de ampliação das vozes presentes no debate público, o que dialoga diretamente com os princípios de justiça social e inclusão discutidos na seção anterior. O projeto *Bicentenário da(s) Independência(s) do Brasil*, desenvolvido pelo coletivo Poeira da História, insere-se nesse cenário ao propor uma leitura ampliada da Independência que busca tensionar narrativas hegemônicas e abrir espaço para sujeitos historicamente silenciados.

No artigo *Histórias no YouTube* (Rodrigues; Ferreira, 2022), os autores argumentam que plataformas como o *YouTube* não apenas replicam conteúdos acadêmicos, mas permitem a emergência de novas formas de reflexão e participação. Essa dinâmica se aproxima do princípio da autoridade compartilhada, uma vez que o historiador deixa de ser a figura centralizadora da narrativa para se tornar um mediador que dialoga com um público que também intervém, questiona e produz sentidos.

Assim, o *YouTube* não funciona apenas como um repositório de vídeos, mas como um ambiente interativo que exige do historiador, e do produtor de conteúdo, uma adaptação às lógicas audiovisuais e algorítmicas da plataforma. Elementos como ritmo de edição, uso de imagens, recursos gráficos e estratégias de engajamento tornam-se parte estruturante da forma como o conhecimento histórico é percebido, o que aproxima a prática digital do conceito de giro ético-político aqui discutido. Desta forma, comunicar história não é apenas informar, mas assumir uma responsabilidade pública diante das desigualdades de acesso, das disputas narrativas e das violências simbólicas que atravessam o ambiente on-line.

A mediação realizada pelo *YouTube* transforma a lógica da autoridade historiográfica ao permitir que o público participe do processo de construção de sentido. Comentários, discordâncias, dúvidas e, muitas vezes, discursos preconceituosos fazem parte dessa arena pública. No caso do *Poeira da História*, a linguagem acessível, os personagens animados, o humor leve e os erros de gravação incorporados à edição não servem apenas como recursos estilísticos, mas como formas de humanizar o debate, aproximando o espectador e criando condições para uma recepção mais participativa, mesmo quando mediada pela lógica algorítmica.

Nesse sentido, produzir conteúdo histórico para o *YouTube* também significa enfrentar desafios éticos específicos: como responder a comentários que reproduzem racismo, machismo, homofobia ou negacionismo? Como manter o compromisso com a justiça social em um ambiente que muitas vezes premia discursos polarizados ou superficiais? Esses dilemas, que apareceram de forma concreta no *Bicentenário*, reforçam a importância de pensar a história pública digital não apenas como uma estratégia de divulgação, mas como uma prática que opera dentro de tensões políticas e epistemológicas contemporâneas.

Essas questões atravessaram todo o processo de criação da série. A estruturação dos episódios, guiada pela conversa leve entre os apresentadores, apoiada por pesquisa rigorosa e por roteiros cuidadosamente elaborados, buscou equilibrar atratividade e complexidade, evitando tanto a simplificação excessiva quanto o distanciamento discursivo. O *YouTube*, portanto, não deve ser visto apenas como uma ferramenta técnica, mas como um espaço onde diferentes projetos de sociedade disputam visibilidade.

Por fim, ainda que os vídeos tenham alcançado um público considerável para um canal com poucos inscritos à época, a experiência evidenciou que o impacto da história pública no ambiente digital não deve ser medido apenas por métricas numéricas. Ele também se manifesta nas formas de interação, nos conflitos emergentes e nas possibilidades de participação que se abrem, elementos que, como se verá na seção seguinte, foram essenciais para a análise da performance da série no *YouTube*.

### Metodologia da análise de desempenho digital

Para avaliar o impacto do projeto no ambiente digital, foram analisados os dados fornecidos pelo *YouTube Studio*, ferramenta oficial de métricas da plataforma. A análise

concentrou-se no período de lançamento da série e nos meses seguintes, considerando indicadores fundamentais para compreender a inserção de um conteúdo de História Pública no ambiente digital: número de visualizações, impressões, tempo total assistido, retenção média, engajamento (curtidas, comentários e taxa de aprovação) e crescimento do canal. (*YouTube Help*, 2025 e *YouTube Creators*, 2025)

A inclusão do indicador de impressões, que corresponde ao número de vezes em que a miniatura do vídeo é exibida aos usuários, é particularmente importante porque revela o alcance potencial do conteúdo e o nível de distribuição algorítmica. A opção por esses indicadores se justifica por sua relevância na lógica de circulação digital, pois são eles que determinam se um vídeo será recomendado e, portanto, se alcançará um público mais amplo. É importante destacar que, no momento da publicação dos episódios, o canal Poeira da História possuía menos de mil inscritos, o que influenciou diretamente seu alcance inicial.

### **Análise da performance do primeiro episódio**

O primeiro episódio da série registrou 2.700 visualizações, 42 horas acumuladas de tempo assistido e 5.812 impressões, indicando que a miniatura do vídeo foi exibida milhares de vezes nos mecanismos internos de recomendação do *YouTube*. Embora esse número demonstre um alcance potencial relevante, a taxa de cliques (CTR) não foi suficientemente alta para converter impressões em visualizações em grande escala, fenômeno comum em canais em estágio inicial de crescimento.

Mesmo com duração aproximada de sete minutos, o episódio apresentou uma retenção média de apenas 56 segundos, evidenciando um padrão recorrente em canais recém-criados: muitos espectadores acessam o conteúdo, mas o abandonam rapidamente. Esse comportamento impacta negativamente o algoritmo, que tende a reduzir a distribuição orgânica quando os índices de retenção são baixos. Ainda assim, o vídeo obteve 95% de avaliações positivas, o que demonstra boa recepção entre aqueles que permaneceram assistindo, além de gerar 31 novos inscritos, resultado expressivo para um canal pequeno. Assim, embora a performance geral possa ser classificada como modesta, os indicadores de engajamento sugerem potencial de fidelização e revelam que há interesse do público por conteúdos históricos quando apresentados em formatos audiovisuais acessíveis.

### **Análise geral da performance dos demais episódios da série**

Os demais episódios da série apresentaram desempenho variado, mas revelaram padrões consistentes sobre a dinâmica de circulação de conteúdos de História Pública no *YouTube*. O segundo episódio registrou 1.600 visualizações, 25 horas de tempo assistido e 8.140 impressões, enquanto o terceiro alcançou 1.200 visualizações, 15,5 horas assistidas e 2.600 impressões. Esses números sugerem uma queda natural de audiência após o interesse inicial provocado pelo lançamento do primeiro vídeo, fenômeno recorrente em séries audiovisuais na plataforma, especialmente em canais ainda em formação.

Um aspecto estrutural observado ao longo da série foi a baixa retenção média, que permaneceu entre 37 e 56 segundos, independentemente da duração dos vídeos, que tinham cerca de sete minutos. Essa retenção reduzida indica que grande parte dos espectadores interrompeu o vídeo nos primeiros instantes, possivelmente devido à combinação de fatores como: baixa familiaridade prévia com o canal, ausência de histórico de recomendações do *YouTube*, e o próprio formato narrativo da série, que apesar de uma linguagem dinâmica, teve como resultado final uma estética mais próxima da televisão educativa. Apesar disso, dois episódios destoaram positivamente: O quarto vídeo, com 5.600 visualizações e 59 horas assistidas, o melhor desempenho da série e o sétimo vídeo, com 3.200 visualizações e 32,8 horas assistidas.

Esses episódios tiveram também maior geração de inscritos (44 no quarto e 20 no sétimo), sugerindo que determinados temas e abordagens podem ter provocado maior identificação com o público. É possível que a relevância histórica das personagens destacadas, combinada à estratégia de divulgação paralela, tenha ampliado temporalmente o alcance desses vídeos, mesmo sem índices altos de retenção.

Do ponto de vista algorítmico, as impressões também mostraram grande variação: de 2.600 (terceiro episódio) a 8.500 (quarto episódio). Embora nem sempre tenham se convertido em visualizações, elas indicam que a série, mesmo sendo de um canal ainda pequeno, recebeu algum nível de distribuição interna do *YouTube*, sobretudo após o lançamento dos primeiros episódios, quando o algoritmo passou a reconhecer padrões de público potencial.

No conjunto, os sete episódios somaram milhares de visualizações e mais de uma centena de novos inscritos, o que representa um crescimento significativo para um canal com menos de mil seguidores no momento do lançamento e sem histórico prévio de produção audiovisual para o *YouTube*. Esses dados reforçam a ideia de que conteúdos de História Pública

podem alcançar relevância mesmo em nichos específicos, desde que acompanhados de estratégias de divulgação e adaptação gradual à linguagem digital.

Em síntese, a análise dos sete episódios revela um desempenho característico de iniciativas de História Pública em canais ainda em processo de consolidação: alcance expressivo em números absolutos, mas limitado pela baixa retenção, elemento central na lógica algorítmica da plataforma. Mesmo assim, a série demonstrou capacidade consistente de atrair novos inscritos e gerar engajamento positivo, com destaque para episódios que, por temática ou dinâmica narrativa, alcançaram picos de visualizações e impressões. Esses resultados evidenciam que há demanda por conteúdos históricos quando apresentados em formatos curtos, acessíveis e visualmente atraentes, mas também apontam para a necessidade de estratégias específicas de edição, ritmo e abertura dos vídeos para aumentar a permanência do espectador. Assim, o desempenho da série no *YouTube* sugere tanto o potencial quanto os desafios da História Pública em ambientes digitais: a audiência existe, mas exige linguagem, estética e estrutura narrativa ajustadas à lógica de consumo contemporâneo.

Nesse ponto, é possível perceber que a experiência com a série articulou, de forma concreta, os desafios discutidos ao longo da seção: a busca por uma linguagem jovem e acessível, a necessidade de mediação ética diante de discursos de ódio e preconceito nos comentários e a adaptação de procedimentos historiográficos às lógicas audiovisuais e algorítmicas do *YouTube*. Esses elementos não se apresentaram de maneira isolada, mas se entrelaçaram continuamente no processo criativo e na recepção do público, evidenciando que a prática da história pública digital se sustenta na tensão entre rigor acadêmico, comunicação ampla e responsabilidade cidadã, dilema que atravessa todo o campo e que ressurge com força sempre que o historiador ocupa ambientes de alta circulação como as plataformas digitais.

Ao mesmo tempo, as escolhas estéticas e narrativas da série, que vão do humor às soluções gráficas, do ritmo de edição à construção da conversa entre os apresentadores, atuaram como ferramentas para ampliar o acesso e estimular o engajamento, mesmo em um ambiente marcado por disputas simbólicas e assimetrias próprias da plataforma. Dessa forma, a análise apresentada evidencia não apenas o desempenho da série no *YouTube*, mas também o modo como essas decisões metodológicas moldaram sua circulação e recepção. Com isso, abre-se espaço para refletir, nas considerações finais, sobre o potencial e os limites da história pública no ambiente digital contemporâneo e sobre as implicações éticas, políticas e pedagógicas que emergem desse cenário.



**Figura 4** – Poeira da História, imagens dos bastidores.



**Fonte:** Arquivo pessoal. Max Oliveira, 2022.

### Considerações finais

O percurso do projeto *O Bicentenário da(s) Independência(s) do Brasil*, do Poeira da História, evidencia como a História Pública e a História Digital podem se materializar em práticas concretas de criação, mediação e intervenção no debate público. A série não se limitou a traduzir conteúdos acadêmicos para um formato audiovisual, mas transformou o próprio processo de produção, idealização, pesquisa, roteirização, gravação, edição e circulação, em um exercício ativo de construção de conhecimento histórico em diálogo com audiências amplas e heterogêneas.

A experiência revelou também a coexistência de dois caminhos possíveis para o desenvolvimento de projetos: a criação orgânica, movida por uma vontade inicial de comunicar, e a construção guiada por editais de fomento. No caso analisado, a segunda via exigiu planejamento rigoroso e a constituição de uma equipe multidisciplinar, demonstrando que a produção audiovisual contemporânea demanda competências que extrapolam a formação tradicional do historiador. Esse cenário reforça a urgência de repensar currículos acadêmicos para incluir habilidades vinculadas ao ambiente digital, à comunicação pública e às linguagens tecnológicas que estruturam a circulação do conhecimento no século XXI.

As etapas de pré-produção, produção e pós-produção mostraram que comunicar História para o grande público envolve escolhas metodológicas e éticas que vão muito além da simplificação de conteúdos. A escrita de roteiros voltados para plataformas digitais, o trabalho de edição que equilibra ritmo, humor, recursos gráficos e precisão historiográfica, e a logística de gravação constituem dimensões fundamentais da responsabilidade pública do historiador. A

série buscou conjugar rigor e acessibilidade ao abordar a Independência em sua pluralidade, tensionando narrativas hegemônicas e ampliando a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados.

A análise das métricas do *YouTube* apresentou um panorama revelador sobre os limites e possibilidades da História Pública Digital. Os números demonstram que conteúdos históricos têm demanda, mas dependem de estratégias específicas de engajamento, retenção e adaptação estética à lógica algorítmica da plataforma. Ainda que a audiência tenha sido modesta quando comparada a canais consolidados, o alcance, a obtenção de novos inscritos e a interação nos comentários confirmam que a inserção da História no ecossistema digital produz efeitos que não podem ser medidos apenas quantitativamente. As disputas simbólicas, os comentários baseados em senso comum ou carregados de preconceitos, e a necessidade de mediação ética evidenciam que o trabalho do historiador, dentro dessas plataformas, é atravessado por tensões que combinam autoridade, participação e responsabilidade cidadã.

Em suma, a trajetória da série indica que a História Pública Digital abre caminhos promissores para a renovação da prática historiadora. Produzir conteúdo histórico no ambiente digital não significa apenas divulgar conhecimentos, mas construir espaços de diálogo, disputar narrativas, enfrentar desafios éticos e explorar novas linguagens para tornar o passado relevante no presente. Para aqueles que desejam trilhar esse percurso, o projeto analisado funciona como um guia possível, demonstrando que, com planejamento, criatividade e uma equipe comprometida, é possível transformar ideias em produtos culturais de impacto e fortalecer a presença pública da História no cenário contemporâneo.

## Referências

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- CASTRO, Rafael Dias de; RODRIGUES, Thamara de Oliveira (orgs.). **História pública e teoria da história**. São Paulo: Letra e Voz, 2024.
- FRISCH, Michael. **A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History**. Albany: State University of New York Press, 1990.
- HERMETO, Miriam. Podem os palcos ser lugares de história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? / What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 153-161.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? / What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MAUAD, Ana Maria. Entrevista concedida a Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges. In: ROSA, Rogério; BORGES, Viviane Trindade (org.). **História pública e história do tempo presente.** São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 155–167.

POEIRA DA HISTÓRIA. **O Bicentenário da(s) Independência(s) do Brasil.** 2022. Série de vídeos (*YouTube*). Disponível em: <https://www.youtube.com/@poeirahistoria>. Acesso em: 18 nov. 2025.

RODRIGUES, Antonio Gustavo Vasconcelos; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Histórias no *YouTube*: História Pública e Didática da História em Vídeo aulas sobre a Conquista da América nos séculos XV e XVI. **Revista Homem**, Espaço e Tempo, [S. l.], n. 16, v. 2, p. 64-91, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/524> Acesso em: 05 nov. 2025

SANTIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? / What public do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-331.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **História pública e história do tempo presente.** São Paulo: Letra e Voz, 2021.

YOUTUBE. **YouTube Help.** YouTube, 2025. Disponível em: <https://support.google.com/youtube>. Acesso em: 10 nov. 2025.

YOUTUBE. **YouTube Creators.** YouTube, 2025. Disponível em: [https://www.youtube.com/intl/pt-BR\\_ALL/creators/](https://www.youtube.com/intl/pt-BR_ALL/creators/). Acesso em: 10 nov. 2025.

---

**Recebido em:** 31 de agosto de 2025  
**Aceito em:** 17 de novembro de 2025

---